



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000

www.camarapocoverde.se.gov.br

cmpverde.se@bol.com.br

CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454

Ata da *Segunda Sessão Ordinária* do ano de dois mil e dezoito, realizada em vinte de fevereiro, às dezenove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde, onde se fizeram presentes sob a *Presidência* do senhor vereador **Alexandre Almeida Dias**, os senhores vereadores: **José Raimundo de Jesus Souza (Vice-Presidente)**, **Edson de Jesus Reis Santos (Primeiro Secretário)**, **José Alessandro Santana Farias (Segundo Secretário)**, **Dameres Vieira Cavalcanti**, **Gileno Santana Alves**, **Gilson Santos do Rosário**, **Jaci Silvino de Sousa**, **Pedro de Jesus Santos** e **Rivan Francisco dos Santos**. A seguir, procedeu-se a dispensa da leitura da *Ata da Sessão* anterior. Em seguida foram apresentadas as seguintes proposições: **Indicação 001/2018** - Ao Secretário Municipal de Administração, senhor **Bruno Leonardo**, solicitando o que segue: 1. “Providências emergências junto ao **DMTT** voltadas para a realização de estudo técnico para a melhoria da sinalização de trânsito na sede desta municipalidade, com a verificação da viabilidade das placas já existentes e ampliação da sinalização, conforme legislação em vigor”; **Indicação 002/2018** - Ao Secretário Municipal de Obras, senhor **Emílio de Jesus Souza**, solicitando o que segue: 1. “Providências emergências voltadas para a limpeza e reforma da **Praça Moacir da Fonseca Dória**, localizada no Conjunto Habitacional Governador Antônio Carlos Valadares”; de autoria do senhor Presidente **Alexandre Almeida Dias**; **Indicação 003/2018** - Ao ilustríssimo senhor Emílio de Jesus Souza, Secretário Municipal de Obras, solicitando o que segue: 1. Providências emergenciais voltadas para instalação de iluminação pública do Conjunto Habitacional José Silvino de Souza até a comunidade Malhadinha; 2. Revitalização dos poços artesianos das comunidades Lagoa do Mandacaru e Malhadinha; 3. Pavimentação e rede de esgoto da Rua Pedro Mariano, no bairro Cruzeiro; 4. Pavimentação e rede de esgoto da Rua Deocleciano C. Fontes, no bairro Fazendinha; **Indicação 004/2018** - Ao excelentíssimo senhor Everaldo Iggor Santana de Oliveira, Prefeito Municipal, solicitando o que segue: 1. Regularização do pagamento dos salários de todos os servidores da Secretaria Municipal de Saúde; 2. Implantação da Casa do Estudante em Aracaju; 3. Concessão de diárias a todos os motoristas, durante viagens a serviço desta municipalidade; 4. Pagamento imediato da regência de classe aos professores da rede pública municipal, conforme legislação em vigor, bem como, o pagamento do retroativo correspondente ao reajuste do piso salarial do magistério de 2017; **Indicação 005/2018** - À empresa **DESO**, solicitando o que segue: 1. Ampliação da rede hídrica da comunidade Amargosa até a comunidade Malhadinha; 2. Ampliação da rede hídrica da Rua Pedro Mariano, no bairro Cruzeiro; **Indicação 006/2018** - Ao ilustríssimo senhor **Eliel de Oliveira Santana**, Secretário Municipal de Educação, solicitando o que segue: 1. Providências emergenciais voltadas para a construção do muro da Escola Municipal da comunidade Lagoa do Mandacaru, estas últimas de autoria do senhor vereador **Edson de Jesus Reis Santos**. Em seguida, deu-se início ao *Grande Expediente*, no qual o senhor vereador **Edson de Jesus Reis Santos** falou que no ano passado apresentou diversas *Indicações*, e que algumas foram atendidas, mas algumas delas não, por isso, está reiterando as suas solicitações, a exemplo da *Indicação* solicitando providências emergenciais voltadas para instalação de iluminação pública do Conjunto Habitacional José Silvino de Souza até a comunidade Malhadinha, haja vista que esteve no Conjunto e os moradores reivindicaram a substituição das lâmpadas queimadas, pois a falta delas propicia a incidência de crimes, além do medo que as pessoas têm de sair de suas residências em alguns horários, e ainda pediu que o Governo Municipal se sensibilizasse com os povoados, que também sofrem com a falta de iluminação pública, e lembrou que o colega **José Alessandro** falou na sessão passada que a quadra do povoado Saco do Camisa está sem iluminação. Na ocasião, também solicitou que fosse realizada a revitalização dos poços artesianos das comunidades Lagoa do Mandacaru e



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000

www.camarapocoverde.se.gov.br

cmpverde.se@bol.com.br

CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454

Malhadinha, pois contou que na lagoa do Mandacaru existe um poço artesiano desativado na escola, e a professora elaborou um projeto para a implantação de uma horta na unidade escolar, onde os alunos estão sendo responsáveis, mas a água é imprescindível para a manutenção da mesma. O senhor vereador **Didiu** pediu ainda, que fosse realizada a pavimentação da Rua Pedro Mariano, pois os moradores já encaminharam toda a documentação, para a regularização daquele logradouro e também da pavimentação e rede de esgoto da Rua Deocleciano C. Fontes, no bairro Fazendinha. Depois, o edil falou sobre os atrasos de salários dos servidores concursados e inativos, recordou que o Prefeito prometeu pagar os salários dos servidores rigorosamente em dia, no entanto, os servidores da saúde estão sem receber seus vencimentos constantemente atrasados, e os inativos inclusive até ontem não haviam recebido, chamou a atenção para o fato dessas pessoas terem problema de saúde, e tem o seu salário como única renda, e muitas vezes deixam boa parte dele nas farmácias. O parlamentar chamou a atenção sobre esses problemas e destacou que normalmente acontecem quando no fim da gestão e não no início. Disse também que, muitas promessas que foram feitas não foram cumpridas, a exemplo do 13º salário, onde o servidor receberia 70% do salário no mês de aniversário, mas não é o que tem acontecido na prática. Discorreu sobre a *casa dos estudantes*, que é um sonho para os universitários que estudam em Aracaju, para que estes tenham um local para ficar, pois muitos deles são carentes, e não podem pagar alugueis. Continuando, o edil falou sobre a concessão de diárias a todos os motoristas, durante viagens a serviço desta municipalidade, e comentou que frequentemente os motoristas estão se deslocando para outras cidades, e estão tendo que pagar do próprio bolso a sua alimentação. Afirmou o orador na sequência que, os motoristas procurarão o Ministério Público através do Sindicato, para que sejam tomadas medidas em relação a este assunto. Na oportunidade, comentou que na segunda esteve no endereço informado pelo Prefeito da Casa de Apoio, mas não encontrou a casa aberta, e destacou que na próxima semana irá novamente para Aracaju com outros pacientes, e visitará a tão falada casa de apoio. Pediu ainda, o pagamento imediato da *Regência de Classe* aos professores da rede pública municipal, conforme legislação em vigor, bem como, o pagamento do retroativo correspondente ao reajuste do piso salarial do magistério de 2017, comentou que essa questão está virando uma bola de neve, haja vista que, o município está há treze meses sem pagar a regência, e ainda, não pagou o retroativo do Piso do Magistério do ano passado. O edil destacou que tudo isso é muito preocupante, e chamou a atenção que se o município não está podendo pagar 5% da regência, naturalmente não poderá pagar o montante que está se acumulando. E declarou que o Governo Municipal está prometendo muito e cumprindo pouco, recomendou que as pessoas tivessem responsabilidade sobre o que vai falar, e para ele a única forma de resolver seria através de uma ação coletiva na justiça, contra a *Prefeitura*, e não vê a necessidade de greve, mas de um ato, como se fazia outrora, afirmou que, os professores parecem estar com vergonha de tomar uma atitude, porque votaram no Prefeito que não está cumprindo o que prometeu. Destacou que, espera que um dia possa estar na situação, para fazer as mesmas cobranças que está fazendo na oposição, pois seu compromisso é com a população. Pediu que, quando o SINTESE realizar reuniões nesta *Casa*, que seja ele avisado, para que tenha conhecimento sobre o que está acontecendo. Depois, o senhor **Presidente** solicitou que, a Secretaria informasse a todos os vereadores, quando houvesse reuniões dos Professores nesta *Casa*. Por conseguinte, o senhor vereador **José Alessandro Santana Farias** falou sobre a iluminação pública das quadras poliesportivas dos povoados do município e, ressaltou que os moradores dessas localidades trabalham durante o dia, e à noite é o único momento que têm para terem lazer e fazer suas atividades físicas. O edil comentou que, a gestão tem mais de um ano, mas



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000

www.camarapocoverde.se.gov.br

cmpverde.se@bol.com.br

CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454

nada foi feito em relação ao Ginásio de Esportes. Destacou que, os vereadores da oposição tiveram uma reunião em meados do ano passado com o vice-governador do Estado, e naquela oportunidade, o vice-governador afirmara que até aquela data, não havia nenhum documento solicitando a cessão do Ginásio para o município de Poço Verde. O edil refletiu que o tempo está passando, e infelizmente nada tem sido feito para resolver a problemática do Ginásio, e enquanto isso as pessoas não estão praticando seus esportes, ficando à mercê de promessas. Na ocasião o edil comentou que, a equipe de futebol Master solicitou ao Governo Municipal a utilização do Camilão, mas não foi concedida, com a justificativa de que outra equipe utilizaria o campo. No entanto, descobriu-se que essa informação não era verídica, e que o campo não foi cedido, porque é taxado como sendo do lado “Boca Preta”, e não houve nenhum jogo no dia solicitado. O senhor vereador **José Alessandro** comentou também sobre o descaso com os servidores da saúde, que estão frequentemente recebendo seus salários atrasados, e destacou que as pessoas têm que vir bater ponto na Prefeitura no dia 19, para receber no dia seguinte, o salário do mês que já passou. O parlamentar orador solicitou que o Prefeito reencaminhe a máquina para a comunidade Barragem, para que possa terminar o serviço que iniciou, mas que não foi concluído, pois teve que ser removida para fazer outro serviço. Comentou que, recentemente participou de assembleia dos professores, onde foi solicitado o apoio dos professores, para a ampliação de matrículas, e disse que é algo muito positivo, mas destacou que, é preciso que a Secretaria dê o respaldo necessário, pois não adianta os professores convencerem os pais de alunos a matricularem seus filhos em algumas localidades, e a Secretaria não encaminhar o ônibus para buscar os alunos. O edil retomou a questão da regência de classe, e do retroativo de 2015 e 2017 do piso dos professores, e segundo informações foi feita uma negociação, onde o município irá pagar o retroativo durante este ano. Falou também sobre o pedido de vistas aos **Projetos 946 e 947/2017** e, explicou que está dentro do prazo de acordo com o Regimento Interno, e que durante o recesso parlamentar solicitou que a *Secretaria da Casa*, encaminhasse um ofício à assessoria jurídica, para que esclarecesse algumas dúvidas sobre os *Projetos*, e se possível compareça na próxima terça-feira, no mesmo dia em que o técnico de tributos da Prefeitura virá, para tirar as dúvidas dos vereadores, e convidou todos os vereadores a se reunirem nesta ocasião. Disse ainda, que é preciso que esses projetos estejam de acordo com a realidade do município, e não seja a cópia de outras cidades, haja vista que cada município tem suas particularidades. Na oportunidade, o edil pediu que o colega **Gilson do Rosário** prestasse esclarecimentos sobre a questão dos lotes remanescentes dos munícipes que não se beneficiaram do projeto das casas do Programa Minha Casa Minha Vida, e recomendou que fosse feito sorteio dos lotes, para que todos tenham as mesmas chances e oportunidades, e não haja reclamações posteriores. Chamou a atenção pela recepção que os vereadores da oposição têm, quando vão a Prefeitura, e destacou que muitas pessoas tratam mal, fazendo com que se sinta humilhado, mas felizmente outras respeitam e tratam bem os vereadores. O senhor vereador **José Alessandro** afirmou que, não sabe como o Prefeito conseguirá a aprovação das contas da educação, pois até o momento não houve nenhuma reunião do FUNDEB, por falta de quórum. Falou ainda sobre a sua preocupação com a merenda escolar, que é entregue a cada quinze dias e, os alimentos perecíveis estão estragando. Pediu que os demais membros da Comissão de Educação se reunissem, para ver essas questões, e destacou que encaminhou ofício para o Conselho Municipal de Educação, mas não foi respondido até a presente data. Chamou a atenção sobre a maneira como as pessoas têm sido tratadas por essa gestão, e retomou a importância da casa de apoio para os poçoverdenses, bem como a casa dos estudantes, para aqueles alunos que não tem condições financeiras de se manter morando em Aracaju. Por conseguinte, o senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000

www.camarapocoverde.se.gov.br

cmpverde.se@bol.com.br

CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454

vereador **Gilson Santos do Rosário** comentou que na *Sessão* passada foi impedido de se inscrever para o *Grande Expediente*, porque a *Sessão* já havia começado, no entanto outros vereadores se inscreveram, e naquela noite aconteceu à mesma situação, mas se inscreveu mesmo assim. Pediu que, o *Presidente da Casa* administrasse a *Casa* de forma igualitária para todos, e não ao bel prazer. Continuando, o edil falou sobre as críticas dos colegas à casa de apoio e, rememorou que, os vereadores da oposição disseram no ano passado que também abririam uma casa de apoio, mas até o momento nada fizeram. Afirmou lamentar que a política brasileira não vá mudar, enquanto as pessoas não mudarem seu modo de pensar e de votar, e destacou que, a votação da Reforma da Previdência foi adiada para novembro, e não acredita que após as eleições políticos terão a mesma disposição de manter os votos de agora. O edil disse ainda, que o colega **José Alessandro** pediu vista aos *Projetos de Lei 946 e 947* sem justificativa, e citou o artigo 127 do Regimento Interno. Disse ainda, que o Prefeito Municipal convocou *Sessão Extraordinária*, mas o *Presidente da Casa* cometeu equívoco e, não convocou os *Vereadores*, e colocou a responsabilidade para o senhor vereador **José Alessandro**. Comentou também que, se esses projetos tivessem sido aprovados, o município poderia ter uma condição financeira melhor, e certamente os vereadores não estariam fazendo tantas cobranças, de reposição de lâmpadas, estaria pagando os salários em dia, e dando melhores condições de trabalho para os servidores. Segundo o edil, os *Projetos* citados têm em sua finalidade a cobrança de impostos de bancos, cartórios e empresas de telefonia, que totalizariam o montante de 150 mil reais mensais, que atualmente não são cobrados, apenas um cartório paga seus impostos em dia. Afirmou também que, os impostos referentes a todas as compras em cartões de crédito, que são realizadas em todas as cidades do Brasil são direcionados para a cidade de Barueri, e um dos projetos trata do redirecionamento dos impostos provenientes das vendas no município, para a cidade. Afirmou que, os vereadores devem aprovar os *Projetos* e fiscalizar as finanças do município, para saber se os recursos que estão sendo arrecadados estão sendo bem investidos. Em relação à merenda escolar, o edil destacou que, almeja que um dia a Escola Agrícola possa voltar a produzir os alimentos para a manutenção das escolas do município, como outrora. Disse ainda, que o Prefeito municipal está em Brasília buscando recursos, junto ao BNDES, para a revitalização da Escola Agrícola, para que possa melhor servir a seu povo. O senhor vereador **Gilson Rosário** comentou que, se o Governo do Estado não está em condições de manter o pagamento de seus servidores ativos e inativos, tampouco terá condições de revitalizar o Ginásio de Esportes, disse ainda que o município de Poço Verde também não tem condições de fazer tal reforma neste momento, por isso não está tendo o interesse na cessão desse local. Por outro lado, em relação aos lotes, o edil explicou que muitas pessoas já o procuraram, para escolhê-los, mas afirmou que a associação responsável está aguardando a Secretaria Municipal de Obras devolver o Projeto, para convocar todos os associados, para que seja realizado o sorteio, de maneira democrática e justa, onde todos terão a mesma oportunidade. Na oportunidade, o edil falou sobre o grave estado de saúde do ex-prefeito de Poço Verde, senhor Emídio Neto, que passou por uma cirurgia às pressas, e teve parte do pé e dedos amputados, em decorrência da diabetes. Em seguida, o senhor *Presidente* justificou a ausência da senhora vereadora **Josefa Délia Félix dos Reis**, que está se recuperando de uma cirurgia ocular. E, por não haver outros oradores inscritos para o *Grande Expediente*, ou matérias para serem discutidas ou votadas na *Ordem do Dia*, deu-se início às *Considerações Finais*. Nas *Considerações Finais*, o senhor vereador **José Alessandro Santana Farias** comentou sobre a extensão dos *Projetos 946 e 947/2017*, e destacou que estes deram entrada nesta *Casa*, no dia 07 de dezembro de 2017, além disso, o recesso parlamentar estava próximo, e a LOA não havia sido votada ainda, e indagou como os vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000

www.camarapocoverde.se.gov.br

cmpverde.se@bol.com.br

CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454

aprovariam um projeto dessa magnitude, sem saber o que tem nele? Explicou ainda, que não pediu vistas ao Projeto para ficar em casa descansando, mas para estudá-lo mais profundamente. O edil informou que, procurou a assessoria contábil, que presta serviço para a Câmara, e foi informado que os municípios tinham o prazo até o dia 30 de outubro, para encaminhar o Projeto para a Câmara, mas tais matérias só foram encaminhadas posteriormente. Disse ainda, que analisou a matéria e tem algumas taxas que não está de acordo, como há outras que é favorável, como a taxa para utilização de espaços públicos. Afirmou também que, algumas comissões deram os pareceres favoráveis aos referidos Projetos, mas não acredita que seus membros nem olharam o Projeto, e destacou que isso não é correto. Disse ainda, que houve situações em que vereadores pediram vistas a projetos, apenas para agradar algumas pessoas, e nada alteraram nas matérias. E, concluiu dizendo que o papel do vereador é legislar, fiscalizar e cobrar, e o do Poder Executivo é executar o que é solicitado pela população. A seguir, o senhor vereador **Edson de Jesus Reis Santos** se solidarizou com o colega **José Alessandro**, e destacou que não se pode jogar a culpa de uma gestão que não está funcionando a contento nas costas dos vereadores, principalmente nos da oposição, e comentou que essa responsabilidade é do Prefeito e dos Secretários Municipais, que sabiam do prazo que a lei deveria ser votada. Disse ainda, que não pediu vistas ao Projeto, mas que na época que foi colocado em discussão não tinha segurança de votar, pois não sabia o que tinha nele, e destacou que este ano, será votado, e se for necessário apresentará emendas, ou aprovará na íntegra, e o município poderá arrecadar no próximo ano, mas não irá aprovar qualquer matéria sem analisá-la primeiro, com muita responsabilidade, para que não haja arrependimentos no futuro. Afirmou que, se os Projetos não foram aprovados a culpa não foi desta Casa, mas do Poder Executivo que não encaminhou a matéria em tempo hábil. Continuando, o senhor vereador **Gilson Santos do Rosário** falou que, houve muitas contradições nos discursos de seus colegas, e rememorou que o senhor vereador **Edson** falou que poderá votar o Projeto na íntegra, mas em outras ocasiões afirmou que não votaria na taxa de iluminação que consta neste projeto, e recomendou que os colegas devem ter cautela nas suas falas. Disse ainda, que o senhor vereador **José Alessandro** colocou em xeque a responsabilidade de seus colegas, pois afirmou que não leram as matérias em questão. O edil afirmou que não atribuiu culpa a vereador nenhum, e destacou que já votou contrário e favoravelmente aos projetos de vários Prefeitos, e tem a hombridade de reconhecer quando está errado, como também tem a coragem de criticar o funcionalismo, quando só vem a casa para reivindicar salários, e não acompanham o trabalho dos vereadores, lamentou o pequeno número de pessoas presentes na Sessão. O senhor vereador **Gilson Rosário** pediu que a população seja mais presente, e no momento oportuno escolha seus candidatos aos cargos eletivos. E, concluiu dizendo que o Prefeito tem se esforçado para fazer um bom trabalho, e é notória a diferença da gestão passada para a atual, e concluiu pedindo que os colegas não fizessem uma política com as picuinhas. Em seguida, o senhor vereador **Gileno Santana Alves** comentou que, durante a sua trajetória política houve momentos que não falava nas Sessões, mas não pode deixar de falar nessa gestão, pois a pior gestão que acompanhou foi à passada, e o atual gestor tem lhe ouvido e acatado suas opiniões, por isso não pode ficar calado. Comentou que, as estradas do município estão praticamente todas em boas condições, e até agora não viu ninguém reclamar deste assunto, enquanto na gesta passada não passava uma sessão sem os vereadores falarem sobre este tema. Disse ainda, que tem observado o comportamento dos colegas e percebe que eles estão tentando pressionar o Prefeito, mas não deve se ater a isso, mas as normas, e agir dentro da lei, finalizou pedindo que continue mantendo as contas em dia e pagando os salários dos servidores. Depois, o senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** comentou que, a fala



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000

www.camarapocoverde.se.gov.br

cmpverde.se@bol.com.br

CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454

do colega **José Alessandro** deu a entender que, as comissões na época da votação dos **Projetos 946 e 947/2017** agiram de forma muito rápida, e como Presidente da Comissão de Legislação Justiça e Redação explicou que no dia da votação, as comissões não tiveram o tempo de analisar o Projeto, e deram o parecer verbal, mas naquele momento, se absteve no seu voto, pois não tinha condições de deliberar sobre algo que não tinha conhecimento aprofundado, por ser uma matéria muito extensa, assim como o senhor vereador **Edson de Jesus**, que também se absteve. Na ocasião, apenas o senhor vereador **Rivan Francisco** membro da referida comissão votou favoravelmente, pois é diretamente ligado à gestão, e possivelmente está sempre acompanhando as matérias que vem a *Casa*. Disse ainda, que leu a matéria e não viu taxa de iluminação pública no *Projeto*, mas na próxima terça estará presente na reunião, para falar sobre este assunto, e analisar toda a matéria na íntegra. Disse ainda, que não está criticando o *Presidente da Casa*, por ter colocado o *Projeto* em votação, pois na sua gestão já agiu dessa forma, a exemplo da regência de classe, que foi rapidamente votado, mas na época o projeto havia sido debatido com os professores e com o *Poder Executivo*, e ele entendeu que os vereadores não se oporiam a matéria. Disse ainda, que é uma pessoa coerente e que age com responsabilidade, principalmente quando se trata de questões como estas que dizem respeito a toda a população, que lhe confiaram o mandato. A seguir, o senhor vereador **Jaci Silvino de Sousa** observou a fala dos colegas, e muito se fala em Tribunal de Contas, e refletiu que, o órgão pode errar como qualquer outro, e destacou o fato que ocorreu na gestão passada, onde as contas do ex-prefeito Antônio Dória foram colocadas em votação, mas o nome da cidade no documento do tribunal estava trocado. O edil contou também, que infelizmente é comum os prefeitos, em algum momento mandarem *Projetos* para Câmara, para serem aprovados com urgência, e reconheceu que votou na iluminação pública, e contou que foi convencido pelo Prefeito da época que apenas quem consumia acima de 80 quilowatts pagaria a taxa, e que o que fosse arrecado serviria para ajudar o município a fazer assistencialismo para as pessoas que necessitavam, mas as coisas não ocorreram como o Prefeito havia prometido, solicitou que a lei fosse revogada, e assim aconteceu. Contou que o Prefeito atual está se esforçando e, comparada à gestão passada, a atual não tem atrasado tanto os salários, mas espera que o Prefeito consiga fazer os empréstimos junto ao BNDES, para que as coisas melhorem. Disse ainda, que sobre a regência de classe, todos os vereadores votaram a favor, e alguns vereadores parece que temem os professores. O senhor vereador **José Alessandro** comentou que, alguns municípios desvincularam do Projeto de atualização de taxas e impostos, a parte cartorária, bancos, torres de telefonia e cartões de crédito, e enfatizou que, se o Governo Municipal tivesse feito isso, talvez toda essa celeuma não teria acontecido, e os projetos já teriam sido aprovados. Disse ainda, que todos os vereadores estavam preocupados com a LOA, que é extensa e não tinham condições de analisar mais dois projetos extensos em tão pouco tempo. Continuando, o senhor vereador **Gilson do Rosário** comentou que, a taxa de iluminação pública não foi colocada nos projetos que se encontram na *Casa*, pois é uma questão muito complicada e, será debatida amplamente, e não quis manifestar-se contrário ou favorável ao Projeto, pois dependerá do que estiver descrito, mas de antemão expôs que se o projeto prejudicar a classe mais carente, será contrário, concluiu o orador. Por conseguinte, o senhor **Presidente** falou sobre as inscrições para o *Grande Expediente*, e destacou que, a Secretaria da Casa, informou que três vereadores estavam esperando quem se inscreveria para o *Grande Expediente*, e leu o artigo do *Regimento Interno* que trata sobre o assunto. Explicou que, em acordo com os vereadores ficou estabelecido que, para que fosse melhor organizada, a inscrição seria feita antes do início da *Sessão*, e quem ficará responsável pelas inscrições seria o Primeiro Secretário. Na oportunidade, esclareceu que as



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000

www.camarapocoverde.se.gov.br

cmpverde.se@bol.com.br

CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454

comissões têm até 30 dias para analisar os *Projetos de Lei* e dar os pareceres aprovando ou não a matéria. Disse ainda, que o senhor vereador **Gilson** se reuniu com todos os vereadores, pedindo que os *Projetos* fossem votados ainda no ano passado, pois se esperasse decorrer todo o prazo, não votaria antes do recesso, naquela época definiu-se que os *Projetos* seriam colocados em votação com o consentimento de todos. Explicou que, as comissões têm a autonomia de deliberar quanto à constitucionalidade das matérias de acordo com a lei, e não a favor ou contra. Disse ainda, que o pedido de vistas é direito de qualquer *vereador*, e que não responsabilizou o senhor vereador **José Alessandro** por isso. E mais, afirmou que o Prefeito não convocou a *Sessão*, apenas mandou um ofício solicitando que o **Presidente** da Casa convocasse os vereadores, mas esclareceu que a *Sessão* só poderia ser convocada se o *vereador* que pediu vistas consentisse, haja vista que a *Sessão* só trataria deste assunto extraordinariamente. Por fim, o senhor **Presidente** publicou ofício da Educação e Legislação Animal- ELAN, que comparecerá na próxima *Sessão*, para falar sobre as políticas públicas voltadas para os animais, e a extrema importâncias da sua aplicabilidade para a saúde e segurança de todos. Publicou ainda, o ofício do Ministério Público do Estado de Sergipe, solicitando o comparecimento dos vereadores na reunião no dia 05 de março, às 10h, no Centro de Apoio, localizado na Rua Conselheiro Carlos Sampaio, sala 140, Centro Administrativo Governador Augusto Franco, Bairro Capucho, Aracaju, a fim de discutir a implantação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Fundo Municipal do Meio Ambiente do município de Poço Verde. E, por não haver outros edis para se manifestar nas *Considerações Finais*, o senhor **Presidente** declarou por encerrada a *Sessão*, ficando todos convocados para no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito, às dezenove horas realizarem a próxima *Sessão Ordinária*, e para constar eu, vereador **Edson de Jesus Reis Santos**, lavrei a presente Ata e abaixo subscrevo.

Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde, em vinte de fevereiro de 2018.

Alexandre Almeida Dias/PSDC
Presidente

José Raimundo de Jesus Souza/PSB
Vice-Presidente

Edson de Jesus Reis Santos/PSB
Primeiro Secretário

José Alessandro Santana Farias/ PC do B
Segundo Secretário

Damareis Vieira Cavalcanti /PMN
Vereadora

Gileno Santana Alves/PSDB
Vereador

Gilson Santos do Rosário/PMN
Vereador

Jaci Silvino de Sousa/PSC
Vereador

Pedro de Jesus Santos/ PDT
Vereador

Rivan Francisco dos Santos/ PROS
Vereador